

**O DISCURSO DE ÓDIO E A
POLARIZAÇÃO PODEM LEVAR
AO COLAPSO DO REGIME
DEMOCRÁTICO?**

*CAN HATE SPEECH AND POLARIZATION
LEAD TO THE COLLAPSE OF THE
DEMOCRATIC REGIME?*

Maria da Vitoria Costa e Silva 1

O livro “Como as Democracias Morrem” (2018), organizado por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, professores de ciência política da Universidade de Harvard que há mais de vinte anos estudam as crises vivenciadas por regimes democráticos, discorre sobre os processos históricos que têm contribuído para a degradação das democracias em países da Europa e da América Latina, especialmente alimentados pelos discursos de ódio e da polarização.

A questão norteadora central levantada pelos autores na parte inicial do livro busca resposta à seguinte pergunta: A Democracia Norte-Americana está em perigo?

Os pesquisadores, embora conhecedores da fragilidade das democracias, jamais se preocuparam com a desestabilidade democrática nos Estados Unidos da América até a chegada ao poder Norte-Americano, em 2016, de um presidente pouco comprometido com os ideais democráticos e com forte tendência ao autoritarismo. Um presidente que, no primeiro ano do mandato, lançou-se à fustigação de preceitos éticos e morais que consubstanciam a estrutura do Estado Democrático de Direito.

Levitsky e Ziblatt afirmam que os Estados Unidos falharam em 2016 quando elegeram um presidente com sujeição a normas democráticas dúbias. Neste sentido, chamam atenção dos “guardiões do poder”, com vista à defesa dos portões da democracia, o que exige o isolamento de forças extremistas (p. 34).

Lecionam os autores que “(d)esde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos” (p. 13-21).

A obra em apreço conclama os leitores a refletirem a respeito das peculiaridades dos *outsiders* populistas que, apesar das posturas antidemocráticas, são conduzidos ao poder com o apoio de lideranças políticas poderosas. Isso pode causar a morte da democracia.

Os organizadores do presente estudo enfatizam que:

Versões semelhantes dessa história se repetiram em todo o mundo ao longo do último século. Um elenco de *outsiders* políticos, incluindo Adolf Hitler, Alberto Fujimori no Peru e Hugo Chávez na Venezuela, chegou ao poder da mesma maneira: a partir de dentro, via eleições ou alianças com figuras políticas poderosas. Em cada caso, as elites acreditaram que o convite para exercer o poder conteria o *outsider*, levando a uma restauração do controle pelos políticos estabelecidos. Contudo, seus planos saíram pela culatra. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 24).

O livro compõe-se de nove eixos temáticos, a saber: Alianças fatídicas (p. 23-40); Guardiões da América (p. 41-58); A grande abdicação republicana (p. 59-75); Subvertendo a democracia (p. 76-98); As grades de proteção da democracia (p. 99-116); As regras não escritas da política norte-americana (117-140); A desintegração (141-168); Trump contra as grades de proteção (p. 169-193) e Salvando a democracia (p. 194-218).

No primeiro eixo temático, “Alianças Fatídicas” (p. 23-40), a discussão gira em torno das tristes experiências vividas pela Itália, no regime fascista de Benito Mussolini (1922 – 1943); pela Alemanha, no nazismo da era Hitler (1933-1945); dentre outros países europeus e da América Latina que deixaram chegar ao poder *outsiders* populistas/autoritários.

A elite do poder italiano e alemão, ao se juntarem a políticos extremistas, ocasionaram a dizimação de milhares de vidas inocentes, como se pode verificar, também, nos relatos de Hannah Arendt (sobrevivente do nazismo) que fundamentam os relatos de experiências constantes das obras: “Homens em tempos sombrios” (2008) e “Origens do totalitarismo” (2012).

Os registros históricos pontuados no livro “Como as democracias morrem”, reforçam a necessidade de os partidos políticos (guardiões da democracia) desenvolverem estratégias para blindar, na corrida eleitoral, alianças fatídicas com *outsiders* carismáticos com tendência autoritária, pois estes, além de prejudicar os regimes democráticos, podem levar a desestabilização dos próprios partidos, inclusive.

Nesse sentido, os autores pontuam quatro características peculiares presentes num *outsider* despótico, percebidas a partir de atitudes que:

1) Rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 32-34)

Diante dessas informações, as alternativas que se esperam das lideranças políticas, das instituições estatais e da sociedade é a união de frentes democráticas que resistam a qualquer conclave político com agentes extremistas, “o que pode significar salvar a democracia” (p.35).

O segundo tópico do estudo, “Guardiões da América” (p. 41-58), ao lado do terceiro capítulo, “A Grande Abdicação Republicana” (p. 59-75), os professores abordam o funcionamento das instituições guardiãs da democracia Norte-Americana de 1787 até a ascensão à Presidência dos Estados Unidos de Donald Trump, ocorrida em 2016.

Em síntese, esclarecem que a Constituição Norte-Americana de 1787 instituiu o primeiro sistema presidencialista do mundo. Com essa iniciativa, o presidente do país passou a ser escolhido pelo Colégio Eleitoral “formado em cada estado por homens proeminentes da região”. O Colégio Eleitoral tornou-se, assim, o guardião original da democracia norte-americana (p. 46-47).

A partir de 1800, esse Colégio Eleitoral cedeu a autoridade de guardião aos partidos, responsáveis pela escolha de um candidato popular forte que bloqueasse o acesso de figuras perigosas à Casa Branca. Em 1830, os candidatos passaram a ser indicados em convenções partidárias nacionais compostas por delegados de cada estado que seguiam instruções dos líderes partidários estaduais que os enviavam para as convenções. Esse sistema de convenções sofreu crítica por ser fechado e antidemocrático, e não faltaram esforços para reformá-lo. Eleições primárias, em 1901, foram introduzidas durante a era progressista, com poucas mudanças, pois o poder real permanecia nas mãos de *insiders* ou de “homens da organização” que não eram propriamente representativos da sociedade norte-americana. Contudo, até então, os partidos eram tidos como o “principal bastião prático” contra extremistas (p. 41-54).

Em 1972, emergiu nos Estados Unidos das Américas o Sistema Eleitoral de Primárias Vinculantes em que os delegados das convenções democratas e republicanos, pré-selecionados pelos próprios candidatos, eram eleitos em primárias e assembleias estaduais, “pela primeira vez, as pessoas que escolhiam os candidatos presidenciais dos partidos não estariam nem submetidas a líderes partidários nem livres para fazer acordos de bastidores na convenção”, os resultados poderiam, assim, refletir a vontade dos eleitores nas primárias dos seus estados (p. 56).

Não obstante os mecanismos para se evitar a ascensão de líderes antidemocráticos ao poder, o “sistema de primárias pós-1972 era especialmente vulnerável a um tipo particular de *outsider*: indivíduos com fama ou dinheiro o bastante para passar ao largo da ‘primária invisível’” (p. 60).

Nesse contexto, os guardiões da democracia, ou seja, os partidos políticos, ficaram impotentes para impedir que se levasse ao poder um líder avesso ao processo democrático por dois motivos: i) o aumento da disponibilidade de dinheiro de fora, que poderia ser levantado por financiador bilionário, inclusive, via doações através da *internet*; e, ii) a explosão midiática alternativa (TV a cabo e redes sociais), contexto que favoreceu a ascensão de Trump à Presidência Norte-Americana, embora seu comportamento tenha ascendido os quatro indicadores acima identificados como alertas do autoritarismo. “Os guardiões do partido falharam em três momentos cruciais: ‘primária invisível’, as primárias propriamente ditas e a eleição geral” (p. 62).

Essa transferência de autoridade para um líder arrogante, que ameaçava os ideais democráticos, foi intitulada pelos autores de “Abdicação Coletiva”, que se bifurca em duas partes:

A primeira é a crença equivocada de que uma figura autoritária pode ser controlada ou domesticada. A segunda é o que o sociólogo Ivan Ermakoff chama de ‘conluio ideológico’, em que

a agenda autoritária se sobrepõe à dos políticos das tendências predominantes a ponto de a abdicação ser desejável ou pelo menos preferível às alternativas. Porém, quando confrontados com um autoritário em potencial, os políticos do *establishment* têm de rejeitá-lo de maneira categórica para defender as instituições democráticas – mesmo que isso signifique juntar forças temporariamente com rivais acerbos. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 71).

Os pesquisadores advertem os partidos políticos que, ao perceberem o disparo dos quatro sinais indicativos de comportamentos subversivos de agentes despóticos, precisam, urgentemente, deixar as rivalidades de lado e se unirem com partidos adversários para manter distante das disputas eleitorais supostos candidatos com tendências autoritárias. Ao agirem desta maneira, certamente contribuirão para a proteção dos portões do Estado Democrático de Direito e sua própria existência.

Para Levitsky & Ziblatt, os partidos políticos Norte-Americanos abdicaram coletivamente da faculdade que tinham para evitar que um *outsider* chegasse à Casa Branca exatamente por terem deixado os portões da democracia à deriva.

Já no quarto capítulo, denominado “Subvertendo a Democracia” (p. 76-98), os estudos revelam a existência de dois paradigmas que reforçam o colapso dos regimes democráticos: a polarização e o controle das instituições do Estado.

No primeiro caso, ocorre quando esses tipos de líderes extremistas, sob a alegação de defender a democracia, atacam a elite política, a mídia, o congresso, o sistema de justiça, com a substituição do diálogo e do consenso por acusações infundadas que estimulam uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútuas que tendem à polarização e crise da sociedade. Essas ações de terror mingam o processo democrático.

Quanto ao eixo “controle das instituições do Estado”, os professores revelam que autoritários eleitos também sucumbiram regimes democráticos quando conseguiram se impor contra os “árbitros do poder”. Em geral, ocorre de maneira gradativa e costuma ter um “verniz de legalidade”. Essas ações se dirigem ao controle de líderes que disponham de meios para financiar a oposição; bem como membros dos sistemas judiciário e legislativo, meios de comunicação, poder militar. Muitas vezes esse domínio é incentivado pelo suborno.

Com os “árbitros do poder” sob controle, os autocratas eleitos voltam-se contra seus oponentes. Silenciam “figuras culturais – artistas, intelectuais, estrelas pop, atletas – cuja popularidade ou postura moral faça deles uma ameaça” (p. 84-85). Compram ou enfraquecem oponentes e reescrevem as regras do jogo político. Por fim, aproveitam dessas crises políticas polarizadas para enfraquecer o sistema de freios e contrapesos do regime democrático, com a expansão do seu poder que minimizam direitos, exacerbam a exclusão social e reascende o caos no mundo.

Na quinta parte do livro, “As grades de proteção da democracia” (p. 99-116), os organizadores apresentam possíveis caminhos para se resistir a medidas ideológicas fascistas. Assim, enfatizam que as constituições escritas e seus árbitros (juízes e tribunais) funcionam melhor e sobrevivem mais tempo quando observam, em seus contextos práticos, regras não escritas, dentre elas as que enaltecem atitudes como: a) tolerância mútua, que consiste no reconhecimento e respeito de rivais políticos como cidadãos decentes, patrióticos e cumpridores da lei e que respeitam a Constituição; e, b) observância de normas de reserva institucional, que tendem a funcionar como freios e contrapesos essenciais à proteção de partidos minoritários. A cortesia e a reciprocidade são exemplos positivos desses tipos de normas não escritas.

Esse modelo funciona como “grades flexíveis de proteção da democracia, impedindo que o dia a dia da competição políticas se transforme em luta livre”. (p. 103.).

Nos sexto e sétimo eixos temáticos, intitulados respectivamente “As regras não escritas da política norte-americana” (p. 117-140) e “Desintegração” (p. 141-168), Levitsky e Ziblatt asseveram que foram os sistemas de freios e contrapesos defendidos pelos Estados Unidos até o século XX que levaram o país a superar várias crises. Apesar disso, contestam o sistema político

norte-americano quanto à exclusão racial desse período.

O processo de democratização americano, propenso a acessibilidade da inclusão racial, ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, em especial com a promulgação das Leis dos Direitos Civis de 1964 e do Direito de Voto de 1965 (p.140). Em meio ao cenário de polarização, a tolerância e a reserva mútuas foram essenciais à democratização do país. Contexto que culminou com a “vitória de Barack Obama em 2008”, que “fez renascer esperanças de um retorno a um tipo mais civilizado de política” (p. 152).

Na oitava parte do livro “Trump contra as grades de proteção” (p. 169-193), os autores registram uma série de atitudes do primeiro ano de governo de Donald Trump, marcado por ataques retóricos contra seus adversários políticos, a mídia, a legitimidade de juízes, ameaças e cortes financeiros federais, ou seja, a chama da polarização e o discurso de ódio foram as medidas prioritárias do novo governo Americano em 2017, contra toda e qualquer postura democrática.

Conforme os autores “Donald Trump exibiu claros instintos autoritários durante o seu primeiro ano de mandato” (p.170).

O novo presidente da Casa Branca incorporou os quatro alertas que denunciam um comportamento extremista, tratados no primeiro capítulo do livro, a saber: rejeição das regras democráticas; negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou encorajamento à violência e à propensão a restringir liberdade civis de oponentes, da mídia, inclusive.

Esse comportamento agressivo, voltado à dizimação das instituições americanas e perseguições aos opositores políticos, como mencionado no quarto eixo temático da obra “Subvertendo a democracia” (p. 76-98), confirmam a questão central do estudo, a de que a democracia Norte-Americana está em perigo.

Por fim, no último tópico “Salvando a democracia” (p. 194-218), Levitsky e Ziblatt chegaram à conclusão de que a democracia norte-americana não é tão excepcional quanto às vezes acreditavam que fosse, pois não há nada na Constituição Americana e na Cultura que imunize aquele país contra os colapsos democráticos (p. 194), a exemplo da vitória de Trump. Contudo, ressaltam que é preciso a retomada de estratégias políticas que rechacem o empoderamento de governos despóticos, a começar pela vigília aos outsiders políticos, com o objetivo de que se restabeleça a rápida recuperação dos regimes democráticos por meio da tolerância mútua, reserva institucional e consenso.

Isso porque “(a) tolerância mútua e a reserva institucional são princípios procedimentais – eles indicam aos políticos como se comportar, para além dos limites da lei, de modo a fazer as instituições funcionarem” (p. 202).

Para os autores, os líderes políticos têm alguns caminhos diante da polarização extrema: a cooperação e compromissos no nível das elites políticas para que se contraponham às divisões da sociedade e voltem-se à reconstrução do Estado Democrático de Direito através do consenso. Essa “alternativa a cooperar apesar da polarização é superar a polarização” (p. 210). No mesmo sentido, é preciso uma agenda de medidas políticas que enfrentem a desigualdade econômica e social (p. 216), pois a “democracia é um empreendimento compartilhado. Seu destino depende de todos nós” (p. 217), razão pela qual o desenvolvimento econômico e social devem ser aqueles voltados a beneficiar as presentes e futuras gerações.

Reflexão que se pode retirar do livro para a democracia brasileira

À luz das lições ancoradas no livro, e em decorrência do cenário de crise política, econômica e social, atualmente experimentado pelo Estado brasileiro, em que ações do novo governo tende a restringir direitos e violar as conquistas sociais adquiridas às duras lutas históricas, o livro “Como as democracias morrem”, além de trazer uma rica contribuição para se evitar que líderes subversivos ascendam ao poder, propõe a reabertura do diálogo crítico construtivo para a reconstrução da democracia e a defesa da afirmação e efetivação dos direitos fundamentais e humanos que dignificam a vida e promovam a sustentabilidade ambiental do planeta terra.

Isso requer o desenvolvimento de mecanismos que estimulem a conscientização, o empoderamento e a participação social na reconstrução do Estado Democrático de Direito.

O ser humano, como sujeito da história, precisa se sentir pertencente ao meio social onde vive, de modo que se sinta capaz de participar da vida política do Estado, não só através do legítimo direito ao voto, mas, sobretudo pelo exercício pleno da cidadania participativa que contribua para um novo florescer da vida humana coletiva e ambiental.

Após as atrocidades cometidas aos direitos humanos pelos regimes fascista e nazista, bem como pelo ressurgimento de novas forças extremistas que insistem no discurso de ódio e na polarização, com a reiteração de práticas tendentes à violação de direitos e perseguições à classe trabalhadora, às mulheres, população negra, povos indígenas, LGBTI, dentre outros, a sociedade e as instituições do Estado brasileiro são chamadas a sair da sua zona de conforto em defesa da democracia, dos direitos fundamentais e humanos à vida digna, amplamente consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e propagados em nível constitucional, como “patamar mínimo civilizatório”, a compor a agenda da Administração Pública e do Estado Democrático de Direito.

Oportuno lembrar que o atual contexto de crises políticas, econômicas, sociais e ambientais, reiterado por governos autoritários, levou as Organizações das Nações Unidas, em Nova York, a lançar um plano de ação com vista a erradicação da pobreza, a proteção do planeta e a garantia para que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, intitulado: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Essa Agenda 2030 é composta por 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a saber: i) erradicação da pobreza; ii) fome zero e agricultura sustentável; iii) saúde e bem-estar; iv) educação de qualidade; v) igualdade de gênero; vii) água potável e saneamento; vii) energia limpa e acessível; viii) trabalho decente e crescimento econômico; ix) indústria, inovação e infraestrutura; x) redução das desigualdades; xi) cidades e comunidades sustentáveis; xii) consumo e produção responsáveis; xiii) ação contra a mudança global do clima; xiv) vida na água; xv) vida terrestre; xvi) paz, justiça e instituições eficazes; e, xvii) parcerias e meios de implementação.

Nesse sentido, os objetivos da Agenda 2030 representam mais uma medida que requer a atenção do gestor público para se pensar em políticas públicas que respeitem a dignidade humana e se projetem para o desenvolvimento social, econômico e ambiental de forma sustentável, o que requer governo sérios comprometidos que esse desiderato.

Assim, a responsabilidade por um mundo melhor está nas mãos de toda a sociedade, que deve construir um mundo mais democrático, com oportunidades e distribuição de igualdades social e sustentável às presentes e futuras gerações.

Referências

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato Aguiar. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Objetivos do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/>> Acesso em: 27 set. 2019.

Recebido em 28 de setembro de 2019.

Aceito em 20 de fevereiro de 2020.